

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a parte abaixo:

EDSON ANTONIO LENZI FILHO, brasileiro, nascido, 16 de novembro de 1981, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Paraná, sob o n.º 37.822, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade de n.º 6.829.511-4 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 032.740.359-47, com endereço Alameda Prudente de Moraes, n.º 86, Mercês, Curitiba-PR, CEP 80.430-234.

Único sócio da sociedade empresária limitada denominada **TONIR SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.841.787/0001-36, com sede na Alameda Prudente de Moraes, n.º 86, Mercês, Curitiba-PR, CEP 80.430-234, com seu contrato social devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41 2 091 406 19, em sessão de 11/09/2019, e sua primeira e última alteração contratual registrada sob o n.º 20201593289, em sessão de 15/04/2020, resolve alterar o contrato social da sociedade, o que faz com base nas cláusulas seguintes.

1. ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

1. Altera-se, neste ato, o objeto social da sociedade, que, por conta disso, passa a ser o seguinte:

“A sociedade tem por objeto a exploração das atividades de: (I) assessoria, consultoria, planejamento estratégico, desenvolvimento de programas, gestão e documentos correlacionados aos sistemas informatizados, produtos, implantação e treinamentos relacionados à área de pagamentos via meios eletrônicos - mobile payment (pagamentos via celular); (ii) Desenvolvimento de tecnologia e procedimentos direcionados ao credenciamento, análise e concessão, autorização a back office de meios de pagamentos

através de dispositivo eletrônico de telefonia móvel - mobile payment, ou outra tecnologia, compatível, com o escopo de permitir aos usuários a realização de compra para aquisição de bens/serviços na rede de estabelecimentos credenciados, podendo, para tanto, aprovar solicitações, conceder e habilitar o uso, credenciar estabelecimentos para operar com o mobile payment; (iii) Processamento de dados e assistência aos usuários do sistema mobile payment; (iv) Desenvolvimento de segurança em tecnologia da meios de pagamentos; (v) Atividades acessórias aos serviços acima mencionados que não dependam de autorização governamental ou registros em quaisquer órgãos de classe; (vi) Emissão de vale alimentação, refeição ou similares; (vii) Disponibilizar serviços de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; (viii) Executar ou facilitar a instrução de pagamento, relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; (ix) Gerir conta de pagamento; (x) Emitir instrumento de pagamento; (xi) Disponibilizar serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; (xii) Executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; (xiii) Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; (xiv) consultoria em gestão empresarial e em atividades correlatas de apoio e gestão empresarial; (xv) intermediação de serviços e negócios em geral; (xvi) Consultoria e assessoria tecnológica em publicidade, propaganda e marketing.”

2. ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL

2.1. Altera-se, neste ato, o nome empresarial da sociedade para PAY BROKERS COBRANÇA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.

3. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Em vista das alterações realizadas, e tendo sido as mesmas já integradas ao contrato social da sociedade, resolvem os sócios consolidá-lo, passando o mesmo a contar com a seguinte e nova redação

PAY BROKERS COBRANÇA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 34.841.787/0001-36 NIRE 41 2 091 406 19
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

EDSON ANTONIO LENZI FILHO, brasileiro, nascido, 16 de novembro de 1981, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Paraná, sob o n.º 37.822, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade de n.º 6.829.511-4 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 032.740.359-47, com endereço na Rua Julia Wanderley, n.º 165, Mercês, Curitiba-PR, CEP 80.430-030.

Único sócio da sociedade empresária limitada denominada **PAY BROKERS COBRANÇA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.841.787/0001-36, com sede na Alameda Prudente de Moraes, n.º 86, Mercês, Curitiba-PR, CEP 80.430-234, com seu contrato social devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41 2 091 406 19, em sessão de 11/09/2019, que se rege de acordo com as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO: A sociedade atuará utilizando-se do nome empresarial **PAY BROKERS COBRANÇA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.**, e terá sede e foro jurídico na Alameda Prudente de Moraes, n.º 86, Mercês, Curitiba-PR, CEP 80.430-234.

Parágrafo Único – A sociedade poderá abrir, encerrar, transferir e manter filiais, escritórios, agências de representações ou sucursais em qualquer localidade do país e do exterior, por deliberação dos administradores.

CLÁUSULA SEGUNDA: PRAZO DE DURAÇÃO: A sociedade possui prazo de duração indeterminado e iniciará suas atividades a partir da data do registro do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: ATIVIDADE ECÔNOMICA: A sociedade tem por objeto a exploração das atividades de: (I) assessoria, consultoria, planejamento estratégico, desenvolvimento de programas, gestão e documentos correlacionados aos sistemas informatizados, produtos, implantação e treinamentos relacionados à área de pagamentos via meios eletrônicos - mobile payment (pagamentos via celular); (ii) Desenvolvimento de tecnologia e procedimentos direcionados ao credenciamento, análise e concessão, autorização a back office de meios de pagamentos através de dispositivo eletrônico de telefonia móvel - mobile payment, ou outra tecnologia, compatível, com o escopo de permitir aos usuários a realização de compra para aquisição de bens/serviços na rede de estabelecimentos credenciados, podendo, para tanto, aprovar solicitações, conceder e habilitar o uso, credenciar estabelecimentos para operar com o mobile payment; (iii) Processamento de dados e assistência aos usuários do sistema mobile payment; (iv) Desenvolvimento de segurança em tecnologia da meios de pagamentos; (v) Atividades acessórias aos serviços acima mencionados que não dependam de autorização governamental ou registros em quaisquer órgãos de classe; (vi) Emissão de vale alimentação, refeição ou similares; (vii) Disponibilizar serviços de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; (viii) Executar ou facilitar a instrução de pagamento, relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; (ix) Gerir conta de pagamento; (x) Emitir instrumento de pagamento; (xi) Disponibilizar serviço de aporte ou saque de recursos mentidos em conta de pagamento; (xii)

Executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; (xiii) Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; (xiv) consultoria em gestão empresarial e em atividades correlatas de apoio e gestão empresarial; (xv) intermediação de serviços e negócios em geral; (xvi) Consultoria e assessoria tecnológica em publicidade, propaganda e marketing.

Parágrafo Único - A sociedade poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com a atividade expressa no caput desta cláusula.

CLÁUSULA QUARTA: CAPITAL SOCIAL: O capital social da sociedade tem o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) e é dividido em 1.000 (mil) quotas indivisíveis, com valor unitário de R\$1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional na constituição da sociedade, fica assim distribuído:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
EDSON ANTONIO LENZI FILHO	1.000	R\$ 1.000,00	100
TOTAL	1.000	R\$ 1.000,00	100

Parágrafo Primeiro – Os sócios declaram neste ato não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de praticar as atividades mercantis, principalmente nos previstos no §1º do art. 1.011 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade dos sócios limita-se ao valor de suas quotas, não possuindo responsabilidade subsidiária (art. 1.023 CCB/2002), respondendo, porém,

solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com a legislação vigente, e em especial com o art. 1.052 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – FALECIMENTO DE SÓCIO: Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não se dissolverá, os herdeiros do sócio falecido, de comum acordo, exercerão o direito as quotas. Entretanto, não havendo interesse em participar da sociedade, seja por parte dos sócios supérstites ou dos herdeiros, a sociedade pagará ao espólio o resultado dos haveres do sócio falecido, regularmente apurados em Balanço especial, no prazo de até 12 (doze) meses contados da data da respectiva apuração.

Parágrafo Único – Restando apenas um sócio, tem ele o prazo de 180 (cento e oitenta dias) para retomar a pluralidade de sócios, sob pena de dissolução da sociedade (art. 1.033, IV, Código Civil Brasileiro).

CLÁUSULA SEXTA: CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: Na hipótese de qualquer dos sócios desejar alienar parte ou a totalidade de suas quotas, o mesmo ficará obrigado a dar preferência aos demais sócios, sendo certo que, caso nenhum dos demais sócios se interesse pela aquisição da sua parcela, a mesma poderá ser cedida a terceiros estranhos ao capital social da sociedade.

Parágrafo Primeiro – A preferência aludida nesta cláusula deve ser concedida por escrito, por parte do sócio alienante aos demais sócios remanescentes, com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a respectiva aceitação, findo o qual, se não houver resposta, entender-se-á que o primeiro poderá alienar livremente suas quotas a qualquer terceiro.

Parágrafo Segundo – Será nula e não produzirá qualquer efeito em relação à sociedade a cessão ou transferência de quotas feita em desacordo com o sistema e formalidade ora estipulados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA APURAÇÃO DOS HAVERES: A apuração dos haveres do sócio retirante, dissolvido ou liquidado, será elaborado conforme o valor patrimonial da sociedade, sem levar em conta as expectativas de rentabilidade ou ganhos futuros, considerando-se para o balanço contábil os valores de mercado dos bens imóveis, bem como os valores atuais das aplicações financeiras, “*pro rata die*”, e outros direitos que a sociedade possua. Deverá ser deduzido do valor levantado a quantia referente a impostos, taxas e contribuições incidentes sobre a eventual transformação dos bens e direitos em pecúnia.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento previsto no caput da presente cláusula será adotado nos demais casos em que a mesma se resolva em relação a alguma de suas sócias.

CLÁUSULA OITAVA: ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: A administração da sociedade será exercida pelo sócio administrador **EDSON ANTONIO LENZI FILHO**, já qualificado, ao qual compete o uso da firma **de forma individual** (art. 1.064 Código Civil Brasileiro) e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças de favor, ficando o mesmo dispensado da prestação de caução.

Parágrafo Primeiro – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de

defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, Código Civil Brasileiro).

Parágrafo Segundo - O administrador poderá outorgar poderes a terceiros, para representar a empresa em todos os atos que forem necessários no interesse e defesa dos direitos da sociedade.

CLÁUSULA NONA: EXERCÍCIOS SOCIAIS: Ao fim de cada exercício financeiro, ou seja, em 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado financeiro (art. 1.065 Código Civil Brasileiro), cabendo aos sócios o prazo de 04 (quatro) meses para deliberarem sobre as contas.

Parágrafo Primeiro - Permanecendo lucro, se não forem distribuídos em conta de **RESERVA ESPECIAL DE LUCROS**, para posterior incorporação ao Capital da sociedade, cabem aos sócios, em partes proporcionais as suas quotas sociais.

Parágrafo Segundo: Os prejuízos, quando apurados nos balanços anuais, permanecerão em conta especial, a fim de serem amortizados nos anos seguintes, aos lucros, caso estes venham a existir. Caso não ocorra a amortização integral dos prejuízos, deverá ser feita a proporcional redução do capital social, respeitando-se a proporcionalidade das quotas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS: As deliberações da sociedade serão tomadas nos termos e em cumprimento ao disposto nos artigos 1071 e seguintes do Código Civil Brasileiro, sob pena de total nulidade dos atos praticados sem a obediência as normas aplicáveis.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A liquidação da sociedade somente ocorrerá por deliberação dos sócios quotistas que corresponda, no mínimo, a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, cabendo o exercício da função de liquidante a um dos diretores eleito pela maioria do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO: Fica eleito o foro central da Comarca Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja e ainda que haja alteração dos sócios.

E, por estarem justos e contratados, lavram datam e assinam o presente instrumento, em 03 vias de igual forma e teor, comprometendo-se a cumpri-lo integralmente sob as penas da Lei.

Curitiba, 19 de agosto de 2020.

EDSON ANTONIO LENZI FILHO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PAY BROKERS COBRANÇA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
03274035947	EDSON ANTONIO LENZI FILHO



CERTIFICO O REGISTRO EM 27/08/2020 07:58 SOB N° 20203955854.
PROTOCOLO: 203955854 DE 24/08/2020 14:36.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12003921182. NIRE: 41209140619.
PAY BROKERS COBRANÇA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 27/08/2020
www.empresafacil.pr.gov.br